

## A redução fenomenológica de Husserl e o véu da ignorância de Rawls

**Resumo:** Neste artigo, propõe-se analisar as indagações filosóficas de Edmund Husserl e John Rawls. Os autores, o primeiro, alemão, nascido no século XIX, estabeleceu a escola da fenomenologia; já o segundo, americano, nascido no século XX, escreveu, em 1971, sua grande obra *A Theory Of Justice*, livro este que foi reexaminado e aprofundado em sua obra *Política Liberalism*. Para este texto, focaremos nos livros *Uma Teoria da Justiça* e *O Liberalismo Político* de John Rawls, com especial atenção no Véu da Ignorância, por ele proposto; na obra de Edmund Husserl, daremos maior atenção à Redução Fenomenológica ou Epoché. Buscaremos analisar se há ou não similitudes entre as teorias e se houve influência de Husserl na obra de John Rawls.

**Palavras-chave:** Epoché; Véu da Ignorância; Rawls; Husserl; Kant.

**Abstract:** The article proposes to the analysis of the philosophical inquiries of Edmund Husserl and John Rawls. The first, German, born in the XIX century, established the school of phenomenology, while the second, American, born in the XX century, wrote in 1971 his great work *A Theory Of Justice*, a book that has been reexamined and deepened in its work *Political Liberalism*. In this paper we will focus on John Rawls's *Theory of Justice* and *Political Liberalism*, and with particular attention to the Veil of Ignorance proposed by him, and in Edmund Husserl's work we will give special attention to the Phenomenological Reduction or Epoché. We will try to analyze whether or not there are similarities between the theories and if there was influence of Husserl in the work of John Rawls.

**Keywords:** Epoché; Veil of Ignorance; Rawls; Husserl; Kant.

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo analizar las cuestiones filosóficas de Edmund Husserl y John Rawls. Los autores, el primero, alemán, nacido en el siglo XIX, estableció la escuela de la fenomenología, el segundo, americano, nacido en el siglo XX, escribió en 1971 su gran obra "La Teoría de la Justicia", libro este fue reexaminados y detallados en su trabajo "Liberalismo político". En este artículo nos centraremos en el libro *Teoría de la justicia* y el liberalismo político, John Rawls, y, con especial atención en el velo de la ignorancia que se propone, y el trabajo de Edmund Husserl a prestar especial atención a la reducción fenomenológica o epoché. Vamos a tratar de examinar si existen similitudes entre las teorías y si hubo influencia de Husserl en la obra de John Rawls.

**Palabras clave:** epoché; Velo de la ignorancia; Rawls; Husserl; Kant.

## 1. Introdução

Ao nos debruçarmos sobre qualquer autor em filosofia é comum que busquemos sua essência, mais do que entender o texto lido é preciso entender o sentido que buscava o autor a escrever, para isto é bastante comum que mergulhemos também nas influências de cada autor. Quem ele lera antes de construir sua teoria. Ele tentava desconstruir alguma outra ideia? Ele complementava a ideia de um outro? Ou sua teoria era fruto de uma inspiração profunda e sem precedentes?

E se, ao ler determinada teoria o leitor fosse tocado a lembrar de uma outra, e, ao buscar as referências, ao ler a biografia do autor, não encontrar qualquer influência deste autor naquele.

Em uma visão *en passant* não há na obra de John Rawls nenhuma citação direta à obra de Edmund Husserl, ambos figuram em escolas distintas, nasceram em séculos diferentes, apesar de suas grandes obras terem sido destaques no século XX, e tem objetos de estudo bastante diferenciados. Contudo, a leitura da obra dos autores causa certa estranheza pela similitude apresentada no que diz respeito ao Véu da Ignorância e à Redução Fenomenológica ou a Epoché.

Ambas buscam um momento em que o sujeito, descaracterizado de suas idiossincrasias, coloca o mundo “entre parênteses” e passa a analisar o todo despido de seus dogmas, conceitos e pré-conceitos, visões de mundo etc. Não entraremos aqui na análise da aplicabilidade das teorias defendidas por ambos os autores, se são facilmente alcançadas e quais os resultados poderíamos obter em seu sucesso.

Buscaremos, na verdade, distinguir ambos os conceitos: primeiramente, o Véu da Ignorância, discutido por John Rawls, em sua obra Uma Teoria da Justiça, onde propõe uma teoria capaz de prover a liberdade tão desejada nos Estados Unidos da América sem esquecer da igualdade; posteriormente, analisaremos, com ajuda de Jaime José Zitzkowski, a ideia de Epoché na obra de Edmund Husserl, para que, assim, entendendo esses conceitos-chave apresentados, possamos buscar responder o seguinte questionamento: teria o Véu da Ignorância de John Rawls sofrido influência da Redução Fenomenológica de Edmund Husserl?

## 2. O Véu da Ignorância em John Rawls

John Rawls é o mais conhecido e celebrado filósofo político norte-americano, autor de traço liberal, é responsável pela principal teoria democrática liberal em debate nos dias atuais. Seu posicionamento e seus textos influenciaram e influenciam grandes nomes no cenário político-filosófico mundial. Suas ideias de justiça, a partir de uma leitura do contrato social, têm como propósito responder como devemos analisar as instituições sociais no sentido da justiça.

Formula, então, a teoria da justiça como equidade, propondo um modelo para o entendimento comum do que seria justo. A partir de uma posição original, termo cunhado pelo autor, ou seja, da volta a um estado da natureza, seriam escolhidos os

princípios de justiça. Para evitar que as posições sociais, culturais, vantagens etc influenciassem na decisão, usar-se-ia o véu da ignorância, que falaremos a seguir.

Por óbvio, a explicação aqui dada não faz jus à extensa obra do autor e nem explica todas as peculiaridades, trata-se apenas de uma visão geral da ideia de Rawls. Com uma leitura mais profunda da obra *Liberalismo Político*, de 1993, podemos destacar alguns conceitos importantes para este artigo, o primeiro deles, a ideia do próprio nome da obra, o liberalismo político.

Dênis Coitinho diz que “o liberalismo político, enquanto teoria da justiça como equidade, quer refletir a maneira de se garantir a estabilidade (*stability*) de uma sociedade bem-ordenada, dado o fato do pluralismo razoável (*fact of reasonable pluralism*).” A constatação é simples: somos indivíduos, porém, diferentes, com culturas e subculturas afloradas, assim como, a partir da existência de uma doutrina abrangente, seria possível garantir estabilidade? Para Rawls seria então necessário introduzir a ideia de um consenso sobreposto (*overlapping consensus*) sobre doutrinas abrangentes razoáveis. (SILVEIRA, 2005).

Feita esta pequena introdução, passemos a análise do Véu da Ignorância. John Rawls nos apresenta este conceito durante a explanação acerca da posição original. O autor busca descobrir que concepção de justiça tradicional “ou que variante de uma dessas concepções especifica os princípios mais adequados para realizar a liberdade e a igualdade”, e continua: “uma vez que se considere a sociedade como um sistema equitativo de cooperação entre cidadãos livres e iguais” (RAWLS, 1997).

Rawls indagou-se, durante sua obra, quem deveria ser o autor da ideia de cooperação social. Vários filósofos, estudiosos da religião, pessoas comuns tentaram, em vão, buscar a resposta dessa intrigante pergunta.

Uma autoridade externa deveria propor as ideias de cooperação social (alguns sistemas totalitários tentaram, em vão, imputar a eles este dever), seria deus? Mas qual deus? E os ateus, seriam ali contemplados? E os outros deuses dispensados na hora da escolha do maior deus (lembramos que sistemas baseados no governo divino também se erigiram e caíram), seria então um valor irracional presente em toda humanidade de conceitos de certo, errado, justo e injusto, ética, vida, morte... E aqueles que não tem pleno controle de suas faculdades mentais?

Rawls diz que “dependendo da resposta que damos, chegamos a uma concepção diferente de cooperação social”.

Assim, Rawls afirma que a justiça como equidade retorna “a doutrina do contrato social e adota uma variante da última resposta: os termos equitativos da cooperação social são concebidos como um acordo entre as pessoas envolvidas, isto é, entre cidadãos livres e iguais nascidos numa sociedade em que passam sua vida”. E continua:

Mas esse acordo, como qualquer acordo válido, deve ser estabelecido em condições apropriadas. Em particular, essas condições devem situar equitativamente pessoas livres e iguais, não devendo permitir a algumas pessoas maiores vantagens de barganha que as outras. Além disso, coisas como a ameaça do uso da força, a coerção, o engodo e a fraude devem ser excluídas. (RAWLS, 1997).

John Rawls passa a refletir sobre a dificuldade imposta a um contrato desse nível. Lembremos que qualquer contrato exige análise apurada, especialistas, correções e cuidados para que uma das partes não seja beneficiada ou prejudicada pelas cláusulas ali impostas.

Nas palavras do autor:

Enfrentamos aqui uma dificuldade de toda concepção política de justiça que se vale da ideia de contrato, tanto social quanto outro qualquer. A dificuldade é que precisamos encontrar um ponto de vista apartado dessa estrutura básica abrangente, não distorcido por suas características e circunstâncias particulares, um ponto de vista a partir do qual um acordo equitativo entre pessoas consideradas livres e iguais possa ser estabelecido. (RAWLS, 1997).

Em sua primeira obra, *Uma Teoria da Justiça*, John Rawls apresenta, então, seu conceito de “Véu da Ignorância”. Para que a posição original seja alcançada, é necessário anular os “efeitos das contingências específicas que colocam os homens em posições de disputa, tentando-os a explorar as circunstâncias naturais e sociais em seu próprio benefício” (RAWLS, 1971). Assim, sob este propósito, assume o autor que as partes se encontram atrás de um véu da ignorância.

A ideia é que não conhecendo as partes certos fatos particulares – seu posicionamento na sociedade, posição de classe, status social, riquezas, habilidades, inteligência e força etc – as partes não conhecem a concepção de bem, particularidades do plano de vida racional, traços de personalidade e psicológicos, momento em que vive sua geração, nem mesmo a qual geração as partes pertencem, nível de civilização, questões econômicas, naturais e ambientais.

Dessa forma, sob o signo da ignorância, as partes devem escolher princípios que serão capazes de aceitar, seja qual for a decisão tomada, não importando a qual geração, raça, sexo, opção sexual pertençam.

Por fim, o autor defende que a posição original deve “ser interpretada de modo que possamos, a qualquer tempo, adotar a sua perspectiva (...) o véu da ignorância é uma condição essencial na satisfação dessa exigência” (RAWLS, 1971), e continua: “(...) Ele assegura não apenas que a informação disponível é relevante, mas também que é a mesma em todas as épocas”. (RAWLS, 1971). O autor lembra que a ideia de Véu da Ignorância está implícita na obra de Kant.

Entendido a ideia de Véu da Ignorância, passemos à análise da Redução Fenomenológica de Edmund Husserl.

### **3. A Redução Fenomenológica de Edmund Husserl**

Visto a ideia geral sobre a concepção de Véu da Ignorância proposta do John Rawls é necessário também que nos apoderemos do conceito de Epoché.

Edmund Gustav Albrecht Husserl, filósofo alemão, é considerado um dos pais da escola da fenomenologia que busca, em síntese, um rompimento com o positivismo da ciência e da filosofia, na busca da essência do conhecimento a partir da redução fenomenológica.

Por ser de origem judia, apesar de ter sido batizado como luterano, em 1933 as leis raciais do regime nazista o fizeram perder seus privilégios e sua situação acadêmica. Apesar disso teve uma longa carreira como professor em universidades alemãs de 1901 à 1928.

Seus escritos foram salvos da destruição nazista ao serem transportados por um padre clandestinamente e influenciaram vários filósofos como Edith Stein, Jean-Paul Sartre entre outros. Um de seus alunos, Martin Heidegger, desenvolveu também a ideia da fenomenologia, contudo, segundo Husserl, os estudos de Heidegger partiram de uma ideia equivocada de sua teoria.

Husserl ao escrever sobre a possibilidade de uma ciência do conhecimento, e qual método poderia levar a ela, trata do primeiro grau da consideração fenomenológica:

Num primeiro momento, duvida-se de se uma tal ciência é em geral possível. Se põe em questão todo o conhecimento, como pode ela encetar-se, já que cada conhecimento escolhido como ponto de partida é, enquanto conhecimento, posto em questão? No entanto, esta é uma dificuldade meramente aparente. O conhecimento não se nega nem se declara em todo o sentido como algo de duvidoso pelo facto de se <pôr em questão>. Questionam-se certas realizações que lhe são atribuídas, mas ficam em aberto se as dificuldades concernem a todos os tipos possíveis de conhecimento. (HUSSERL, 1907).

Trazendo o conceito de Epoché do ceticismo antigo, busca idealizá-lo não como um *modus vivendi*, mas como um recurso metodológico. (TOURINHO, 2012).

Nas palavras de Zitzoski:

O fim último estabelecido a partir dos critérios da apodicticidade é o de apoderar-se das coisas com evidências apodícticas. Para levar adiante tal empreendimento é indispensável atingir uma atitude reflexa que implica, ao mesmo tempo, uma mudança profunda em relação à vida natural e espontânea. O meio mais seguro adotado por Husserl para elevar-se ao nível da reflexão clarificadora é o método da epoché. (ZITKOSKI, 2014).

Num segundo grau de consideração fenomenológica, Husserl diz que “ (...) Antes de mais, já a *cogitatio cartesina* necessita da redução fenomenológica. Assim, bebendo nas fontes de Descartes, Husserl defende que, pelo exercício da epoché, ou seja, da suspensão do juízo baseado na posição da existência das coisas, o sujeito alcançaria a visão ou interpretação correta do mundo.

Husserl opta pelo exercício da epoché, isto é, pelo exercício da “suspensão de juízo” em relação à posição de existência das coisas. É um colocar entre parênteses a “atitude natural”, assim, o que é fato no mundo fica fora do juízo que se deve fazer enquanto vivenciando a epoché. (ZITKOSKI, 2014).

Ainda Zitkoski:

A epoché serve de acesso ao campo novo, infelizmente pouco explorado, da vida transcendental da consciência. Toda desconexão do mundo natural efetuada pelo método radical da epoché não resultará num puro nada. Ao contrário, veremos abrir-se um caminho que conduz ao fundamento último e absoluto de todo ser verdadeiro (real ou possível), apontado pela meditação fenomenológica como instância primeira do conhecimento, fundamento que reside na consciência pura ou transcendental. (ZITKOSKI, 2014).

Zitkoski, contudo, nos faz um alerta, “(...) não podemos nos enganar quanto à amplitude e ao rigor das exigências dessa nova esfera da investigação fenomenológica”. (ZITKOSKI, 2014).

No contexto da fenomenologia husserliana, a epoché vem reforçar o desejo de fundamentação absoluta. Após explicitar o critério da evidência e o grau último desta nos recursos da apodicidade. Husserl quer alcançar evidências apodícticas concretas que garantam em começo real para a ciência primeira. (ZITKOSKI, 2014).

Feito isso, Zitkoski explica que o passo próximo seria o de examinar rigorosamente as evidências da natureza mundana com a intenção de verificar “se elas satisfazem o critério de apodicidade”. (ZITKOSKI, 2014).

O mundo como existência é tão evidente que falar em sua evidência é uma banalidade. Mas essa evidência poderá aspirar ao grau de apodicidade? A um exame apurado sobre as experiências em que o mundo se apresenta na consciência, não podemos considerar sua existência como apodídica, pois ela não fornece aquela absoluta ausência de dúvida; tanto que qualquer experiência individual, referindo-se ao mundo, poderá degenerar-se numa não existência. (ZITKOSKI, 2014).

Assim, nos ensina Zitkoski, ainda lendo Husserl, “a atitude filosófica de maior coerência para a fenomenologia não será outra senão a de “suspender a adesão”, tanto às verdades de todas as ciências, como ao mundo existente.” (ZITKOSKI, 2014).

E continua:

Essa suspensão é a prática da epoché que faz o trânsito da atitude natural para a atitude fenomenológica transcendental. (...) Ao permanecer na atitude natural “eu encontro constantemente ai diante, como algo que me faz frente, a realidade espacial e temporal

(...) como estando aí diante e a duvidar de dados do mundo natural, em sua rejeição, altera em nada (...) a atitude natural. (ZITKOSKI, 2014).

Husserl defenderá que, na posição natural, o indivíduo permanece na atitude dogmática, posicionando-se em relação ao mundo, “efetuando a crença no mundo e nas realidades apresentadas, a partir do hábito acrítico. É uma atitude dogmática e ingênua, porque “o ser do mundo exterior” (ou a realidade espacial e temporal) transcendem a esfera imanente à consciência humana.”(ZITKOSKI, 2014).

A epoché é o passo fenomenológico radical em direção à nova atitude requisitada pelas exigências de fundamentação absoluta e última. Frente a toda posição natural, a prática da epoché exige que “coloquemos fora de jogo a tese geral inerente à essência da atitude natural. Colocamos entre parênteses todas e cada uma das coisas abarcadas em sentido ôntico por essa tese, assim, pois, este mundo natural inteiro, que está constantemente para nós aí diante”. (ZITKOSKI, 2014).

Assim, conclui Zitkoski sua análise sobre parte da Epoché:

Após essa radical desconexão da tese do mundo natural, que implica também a desconexão das ciências referentes a esse mundo, o fenomenológico não fará juízo algum sobre existências situadas no espaço e no tempo, bem como as afirmações das ciências mundanas por mais válidas e evidentes que lhes possam parecer, pois suas verdades são tomadas tais como se apresentam na atitude dogmática e ingênua. (ZITKOSKI, 2014)

Assim, conclui Zitkoski sua análise sobre parte da Epoché:

#### **4. Considerações Finais**

Apresentados os conceitos de Epoché e de Véu da Ignorância, notamos certa semelhança nas ideias dos autores. Por óbvio, ambos defendem que, para a boa interpretação ou decisão coletiva, devemos nos despir de nossos dogmas, conceitos prévios, visões de mundo, para assim, livres de qualquer influência “mundana”, as decisões seriam mais corretas.

O Véu da Ignorância propõe que, para uma teoria política, num consenso sobreposto, aqueles que estivessem inseridos no processo de decisão deveriam utilizar tal método com fito a decidir da melhor forma para todos. Ora, se aquele que decide não sabe quem ele é, para Rawls, decidirá da forma que, quando voltar a si, tenha condições de suportar aquela decisão.

Imaginemos um exemplo clássico do futebol: se é apitado um pênalti, dada a escolha de onde a bola deve ser colocada durante a cobrança, se ao goleiro, ele colocará o batedor na metade do campo, dada a escolha ao batedor, ele colocará a

bola na linha do gol, agora, sob o véu da ignorância, caso não se saiba quem é o goleiro, quem é o batedor, ambos decidiriam pela colocação da bola em uma posição que, sendo o goleiro, teriam condição de defender o chute, sendo o batedor, teria condição de converter o chute.

Husserl propõe com sua Epoché que coloquemos o mundo “entre parênteses”, ou seja, que, dentro do mesmo exemplo, olhando a partida de futebol, desconsideremos o time para o qual torcemos, toda a história que nos foi implementada pela família, que a religião que nos foi dada no berço seja esquecida e que analisemos o caso concreto sob a luz da epoché. Onde deveria ficar a bola durante a cobrança? No lugar onde fosse mais crível o chute e a defesa, pois, desnudado de todas os conceitos prévios, o agente seria capaz de tomar decisões corretas.

Assim, percebemos que há uma semelhança nas duas teorias, em que pese uma servir como base para uma decisão política e a outra para um modus vivendi (apesar de Husserl descartar isso em sua obra, defendendo-a a epoché como método fenomenológico).

O traço fundamental que une os dois pensadores, nesta análise, parece ser o pensador Immanuel Kant, filósofo prussiano e considerado o principal filósofo da era moderna. John Rawls admite ter se inspirado no autor ao desenvolver o Véu da Ignorância, inclusive afirmando em sua obra que tal conceito estava implícito na obra de Kant.

Edmund Husserl tem entre suas maiores influências Descartes, como afirmamos neste artigo, Brentano, Stumpf, Bolzano, Leibniz, Riemann, Lotze e Immanuel Kant.

Talvez aqui esteja a resposta que procurávamos no início do texto, talvez não tenha a obra de Edmund Husserl influenciado a obra de John Rawls. Ocorreu simplesmente que ambos beberam da mesma fonte ao desenvolverem suas teorias que se assemelham e buscam o mesmo fim, conforme depreendemos da leitura.

## Referências

IENTH. **Manual de normalização para trabalhos técnico-científicos**. Novo Hamburgo: Centro de Educação Profissional, 2012. Disponível em: [www.ienh.com.br](http://www.ienh.com.br)

HUSSERL, Edmund. **A ideia de fenomenologia**. Tradução de Artur Mourão. Rio de Janeiro: Edições 70, 2015.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1993.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior).

SILVEIRA, Denis Coitinho. A justificação por consenso sobreposto em John Rawls. **Philosophos - Revista de Filosofia**, [S.l.], v. 12, n. 1, dez. 2008. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/4764>>. Acesso em: 20 Jul. 2015.

TOURINHO, Carlos Diógenes Côrtes. O exercício da epoché e as variações do transcendente na fenomenologia de Edmund Husserl. **Filosofia Unisinos**, v. 13, n. 1, p. 30-38, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/fsu.2012.131.03/798>

ZITKOSK, Jaime José. **O método fenomenológico de Husserl**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.